

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – MDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PRB
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – ORDENS DO DIA**
 - 3.1 – Plenário
 - 3.2 – Comissões
- 4 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 4.1 – Plenário
 - 4.2 – Comissões
- 5 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 6 – MANIFESTAÇÕES**
- 7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

Adalclever Ribeiro Lopes (MDB)

* Adalclever Lopes

Agostinho Célio Andrade Patrus (PV)

* Agostinho Patrus Filho

Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)

* Alencar da Silveira Jr.

André Quintão Silva (PT)

* André Quintão

Anselmo José Gomes Domingos (PTC)

* Anselmo José Domingos

Antonio Carlos Arantes (PSDB)

* Antonio Carlos Arantes

Antônio Carlos Silva Nunes (MDB)

* Tony Carlos

Antônio dos Reis Gonçalves Lerin (PSB)

* Antonio Lerin

Antonio Jorge de Souza Marques (PPS)

* Antonio Jorge

Arlen de Paulo Santiago Filho (PTB)

* Arlen Santiago

Arlete Gonçalves Santos Magalhães (DC)

* Arlete Magalhães

Arnaldo Silva Júnior (DEM)

* Arnaldo Silva

Braulio José Tanus Braz (PTB)

* Braulio Braz

Carlos Henrique Alves da Silva (PRB)

* Carlos Henrique

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PDT)

* Carlos Pimenta

Cassio Antonio Ferreira Soares (PSD)

* Cássio Soares

Celise Barreiros Laviola Cabral de Lira (MDB)

* Celise Laviola

Cláudio Mota Campos (Pros)

* Cláudio do Mundo Novo

Cristiano Tadeu da Silveira (PT)

* Cristiano Silveira

Dalmo Roberto Ribeiro Silva (PSDB)

* Dalmo Ribeiro Silva

Dilzon Luiz de Melo (PTB)

* Dilzon Melo

Dirceu dos Santos Ribeiro (Pode)

* Dirceu Ribeiro

Edvaldo Piccinini Teixeira (PSB)

* Coronel Piccinini

Elismar Fernandes Prado (Pros)

* Elismar Prado

Emidio Alves Madeira Junior (PSB)

* Emidinho Madeira

Fabiano Galletti Tolentino (PPS)

* Fabiano Tolentino

Fábio José de Oliveira (Avante)

* Fábio Avelar Oliveira

Felipe José Fonseca Attiê (PTB)

* Felipe Attiê

Frederico Borges da Costa (Patri)

* Fred Costa

Geisa Gomes Pereira Teixeira (PT)

* Geisa Teixeira

Gilberto Aparecido Abramo (PRB)

* Gilberto Abramo

Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (PP)

* Gil Pereira

Gláycion Moreira Franco (PV)

* Gláycion Franco

Gustavo da Cunha Pereira Valadares (PSDB)

* Gustavo Valadares

Gustavo de Faria Dias Corrêa (DEM)

* Gustavo Corrêa

Gustavo de Vasconcellos Moreira (PR)

* Gustavo Santana

Hely Tarquínio (PV)

* Hely Tarquínio

Inácio Franco (PV)

* Inácio Franco

Ione Maria Pinheiro (DEM)

* Ione Pinheiro

Iran Almeida Barbosa (MDB)

* Iran Barbosa

Isauro José de Calais Filho (MDB)

* Isauro Calais

Ivair Nogueira do Pinho (MDB)

* Ivair Nogueira

Jean Mark Freire Silva (PT)

* Doutor Jean Freire

Jeferson Douglas Soares Estanislau (MDB)

* Douglas Melo

João Bosco (Avante)

* Bosco

João Leite da Silva Neto (PSDB)

* João Leite

João Lúcio Magalhães Bifano (MDB)

* João Magalhães

João Vítor Xavier Faustino (PSDB)

* João Vítor Xavier

José Bonifácio Mourão (PSDB)

* Bonifácio Mourão

José Célio de Alvarenga (PCdoB)

* Celinho do Sinttrocel

Júlio César Gomes dos Santos (MDB)

* Cabo Júlio

Lafayette Luiz Doorgal de Andrada (PRB)

* Lafayette de Andrada

Leandro Andrade Genaro Oliveira (PSD)

* Leandro Genaro

Leonardo Morreale Diniz Portela (PR)

* Léo Portela

Leonídio Henrique Correa Bouças (MDB)

* Leonídio Bouças

Luiz Fábio Cherem (PDT)

* Fábio Cherem

Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

* Luiz Humberto Carneiro

Luiz Sávio de Souza Cruz (MDB)

* Sávio Souza Cruz

Luiz Tadeu Martins Leite (MDB)

* Tadeu Martins Leite

Marília Aparecida Campos (PT)

* Marília Campos

Mário Henrique da Silva (PV)

* Mário Henrique Caixa

Nacib Duarte Bechir (PSD)

* Duarte Bechir

Neilando Alves Pimenta (Pode)

* Neilando Pimenta

Noraldino Lucio Dias Júnior (PSC)

* Noraldino Júnior

Paulo José Carlos Guedes (PT)

* Paulo Guedes

Raimundo Nonato de Barcelos (PDT)

* Nozinho

Ricardo Rocha de Faria (PCdoB)

* Ricardo Faria

Roberto Dias de Andrade (PSB)

* Roberto Andrade

Rogério Correia de Moura Baptista (PT)

* Rogério Correia

Rosângela de Oliveira Campos Reis (Pode)

* Rosângela Reis

Thiago Fellipe Motta Cota (MDB)

* Thiago Cota

Tiago Ulisses de Castro e Oliveira (PV)

* Tiago Ulisses

Tito Bruno Miranda Torres Duarte (PSDB)

* Tito Torres

Ulysses Gomes de Oliveira Neto (PT)

* Ulysses Gomes

Vanderlei Andrade Miranda (MDB)

* Vanderlei Miranda

Washington Fernando Rodrigues (PTB)

* Sargento Rodrigues

Wilson Roberto Batista (PSD)

* Doutor Wilson Batista

Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

– Publicada em atendimento ao disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.



ATAS

ATA DA 67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/10/2018**Presidência dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Antonio Carlos Arantes**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Atas – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 5.409 a 5.416/2018; Requerimentos nºs 11.559 a 11.563/2018; Requerimento Ordinário nº 3.287/2018 – Interrupção dos Trabalhos Ordinários – Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários – Composição da Mesa – Posse de Deputado – Palavras do Presidente – Palavras do Deputado Arlen Santiago – Palavras do Deputado Antonio Carlos Arantes – Reabertura dos Trabalhos Ordinários – Oradores Inscritos: Discursos da deputada Marília Campos e dos deputados Antonio Carlos Arantes e Dalmo Ribeiro Silva – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Despacho de Requerimentos: Requerimento Ordinário nº 3.287/2018; deferimento – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Cabo Júlio – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Cláudio do Mundo Novo – Cristiano Silveira – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Fred Costa – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Guedes – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tito Torres – Ulysses Gomes.

Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14h3min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura das atas das reuniões anteriores.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Atas**

– O deputado Antonio Carlos Arantes, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente – Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 5.409/2018

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poço Fundo o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Poço Fundo o imóvel com área de 1.330m² (um mil e trezentos e trinta metros quadrados), e respectivas benfeitorias, situado na Rua Arcanjo Mendes, 276, no Município de Poço Fundo, e registrado sob o nº 8.149, a fls. 113 do Livro 3 E, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Poço Fundo.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo destina-se a continuidade do funcionamento do Centro de Especialidades Médicas Municipal, do Centro Especializado em Odontologia e da Farmácia Municipal.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de 3 anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de outubro de 2018.

Deputado Ulysses Gomes, Presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (PT).

Justificação: Este imóvel foi doado ao Estado pelo Município de Poço Fundo, em 1960, para instalação de unidade de saúde estadual. Hoje este imóvel continua sendo um importante ponto de assistência à saúde, garantindo a acessibilidade com sua localização privilegiada e alta resolubilidade com a centralização de diversas ações na prestação dos serviços aos usuários do Sistema Único de Saúde. Atualmente estão funcionando neste mesmo local o Centro de Especialidades Médicas Municipal, o Centro Especializado em Odontologia e a Farmácia Municipal. O imóvel necessita de melhorias nas estruturas físicas, na otimização dos espaços e na instalação de novos equipamentos, promovendo as adequações de acordo com as normas estabelecidas pela legislação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. A doação para o Município é pré condição para que o mesmo possa promover estas melhorias.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.410/2018

Declara de utilidade pública o Instituto Rumo Certo, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Rumo Certo, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de julho de 2018.

Deputado Leonídio Bouças (MDB)

Justificação: O Instituto Rumo Certo é uma entidade sem fins lucrativos, em funcionamento há mais de um ano, que, atuando em diversas frentes, desenvolve atividades de assistência a pessoas carentes. Devidamente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas e tendo uma diretoria composta por pessoas idôneas, não remunera os membros de sua diretoria nem distribui lucro, bonificação ou vantagens de qualquer espécie aos membros e associados.

Diante do exposto, preenchendo a entidade todos os requisitos para que seja declarada de utilidade pública, espera o deputado que subscreve este projeto o apoio dos nobres pares à sua aprovação.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.411/2018

Declara de utilidade pública a Associação dos Trabalhadores Rurais de Capão da Cruz, com sede no Município de Abadia dos Dourados.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Trabalhadores Rurais de Capão da Cruz, com sede no Município de Abadia dos Dourados.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 14 de junho de 2018.

Deputado Leonídio Bouças (MDB)

Justificação: A Associação dos Trabalhadores Rurais da Localidade de Capão da Cruz é uma entidade filantrópica, com sede em Abadia dos dourados, que tem como finalidade promover a melhoria da qualidade de vida de seus associados, com ênfase no desenvolvimento da agricultura familiar. Em pleno e regular funcionamento, essa entidade acha-se devidamente registrada no cartório da comarca, tem uma diretoria composta por pessoas idôneas e não distribui lucro, bonificação ou vantagem a nenhum dos membros de sua diretoria nem a seus associados, segundo atesta o prefeito municipal, Wanderlei lemes Santos.

Assim sendo, preenchendo a referida associação todos os requisitos para ser declarada de utilidade pública, espera-se o parecer favorável dos nobres pares a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.412/2018

Declara de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial, de Turismo, de Serviços e Agronegócios de Paraguaçu – ACIAP –, com sede no Município de Paraguaçu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comercial, Industrial, de Turismo, de Serviços e Agronegócios de Paraguaçu – ACIAP –, com sede no Município de Paraguaçu.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de outubro de 2018.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Vice-Presidente (PSDB).

Justificação: A Associação Comercial, Industrial, de Turismo, de Serviços e Agronegócios de Paraguaçu – ACIAP –, com sede no município de Paraguaçu/MG, é uma associação civil sem fins lucrativos ou econômicos, sem finalidade política ou religiosa, regida por estatuto próprio, de prazo indeterminado e tem por finalidade ser agente de fomento aos associados, notadamente os de pequeno porte, com a concessão de microcrédito para alavancagem de novos empreendimentos; participar do debate e da solução de

problemas socioeconômicos de âmbito local, regional e nacional; promover e divulgar o turismo, produtos, serviços e unidades econômicas da cidade e região; criar e manter cursos médios, técnicos e superior, assim como de comissões e conselhos para realizar estudos e pesquisas nos campos socioeconômico, jurídico e da ciência política; criar e manter câmaras setoriais e de arbitragem e mediação para solução de conflitos entre associados e terceiros; criar e manter conselho de jovens lideranças e câmara de mulheres empreendedoras; promover, realizar e incentivar feiras, exposições, festividades, congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, cursos e outros eventos, tudo sem qualquer distinção de cor, raça, credo religioso, classe social, concepção política-partidária, filosófica ou nacionalidade.

Sua diretoria é constituída por pessoas de reconhecida idoneidade, que realizam atividades voluntárias, inteiramente gratuita, não recebendo nenhum lucro, gratificações, bonificações ou vantagens.

A entidade atende aos requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual espero e conto com a anuência de meus nobres pares ao projeto proposto.

Por essas razões, conclamo os meus nobres pares a aprovarem esta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Desenvolvimento Econômico, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.413/2018

Declara de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Lojistas de Paraguaçu – CDL –, com sede no Município de Paraguaçu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Câmara de Dirigentes Lojistas de Paraguaçu – CDL –, com sede no Município de Paraguaçu.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de outubro de 2018.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Vice-Presidente (PSDB).

Justificação: A Câmara de Dirigentes Lojistas de Paraguaçu – CDL –, com sede no município de Paraguaçu/MG, é uma associação civil sem fins lucrativos ou econômicos, sem finalidade política ou religiosa, regida por estatuto próprio, de prazo indeterminado e tem por finalidade amparar, defender, orientar, coligar e representar os legítimos interesses de seus associados junto aos órgãos públicos; promover a melhoria dos conhecimentos técnicos especializados; divulgar e concretizar, junto à comunidade, serviços e atividades prestadas pelas empresas lojistas, empresas do comércio em geral, prestadoras de serviços e profissionais liberais, além de cooperar com as autoridades, associações e entidades de classe; acompanhar e promover iniciativas legislativas; criar e manter conselho de jovens lideranças e câmara de mulheres empreendedoras; planejar, elaborar, coordenar e agenciar projetos culturais, ambientais, turísticos e sociais, contemplando a restauração do patrimônio do acervo histórico e aqueles voltados à preservação das tradições nacionais, tudo sem qualquer distinção de cor, raça, credo religioso, classe social, concepção política-partidária, filosófica ou nacionalidade.

Sua diretoria é constituída por pessoas de reconhecida idoneidade, que realizam atividades voluntárias, inteiramente gratuita, não recebendo nenhum lucro, gratificações, bonificações ou vantagens.

A entidade atende aos requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual espero e conto com a anuência de meus nobres pares ao projeto proposto.

Por essas razões, conclamo os meus nobres pares a aprovarem esta proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Desenvolvimento Econômico, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.414/2018

Declara de utilidade pública a Associação Minas de Tae-Kwon-Do, com sede no Município de Bueno Brandão.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Minas de Tae-Kwon-Do, com sede no Município de Bueno Brandão.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de outubro de 2018.

Deputado Inácio Franco, 3º-Vice-Presidente (PV).

Justificação: O objetivo deste projeto de lei é declarar de utilidade pública a Entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade incentivar e difundir a prática do Tae-Kwon-Do e proporcionar reuniões de caráter social, cultural e cívico.

No desenvolvimento de suas atividades não faz distinção alguma quanto à religião, cor, sexo, condição social das pessoas assistidas e atende com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

Insta pontuar que a Associação encontra-se em pleno e regular funcionamento há mais de um ano, sendo sua diretoria constituída de pessoas idôneas e não remuneradas pelas funções que exercem, atendendo, desta forma, os requisitos legais.

Por ser justo, espero contar com o apoio dos nobres pares.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Esporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.415/2018

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Matutina o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Matutina o imóvel com área de 1.476,00m² (um mil e quatrocentos e setenta e seis metros quadrados e zero centésimos), e respectivas benfeitorias, situado na Rua José Martins, nº 123, Bairro São José, no Município de Matutina, e registrado sob o nº 24.727, a fls. 1 do Livro 3-AB, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Gotardo.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o caput deste artigo destina-se à regularização da fábrica de bloquetes de concreto/cimento.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 15 de outubro de 2018.

Deputado Inácio Franco, 3º-Vice-Presidente (PV).

Justificação: Com a doação do imóvel proposta neste projeto pretende a Prefeitura Municipal de Matutina regularizar a situação jurídica da fábrica de bloquetes de concreto/cimento que há alguns anos está desativada.

Sem sombras de dúvidas a reativação da fábrica movimentará a economia que é de extrema importância para o município.

Assim, demonstrado o interesse público e a conformidade com a legislação vigente e aplicável à espécie, conto com o apoio dos nobres pares na aprovação da proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.416/2018

Declara de utilidade pública o Instituto Filhos da Luz, com sede no Município de Montes Claros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Filhos da Luz, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 4 de outubro de 2018.

Deputado Vanderlei Miranda (MDB)

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Prevenção e Combate às Drogas, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 11.559/2018, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja formulada uma diretriz para o policiamento ostensivo do Estado com vistas a coibir e combater o furto de trilhos, dormentes e outros componentes do patrimônio ferroviário, especialmente nas localidades em que esse patrimônio está sob gestão municipal. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 11.560/2018, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para que seja formulado e efetuado plano de atuação policial com a finalidade de investigar e combater o furto de trilhos, dormentes e outros componentes do patrimônio ferroviário no Estado, especialmente nas localidades em que esse patrimônio está sob gestão municipal. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 11.561/2018, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requer seja encaminhado ao Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão pedido de providências para que priorize, no ciclo orçamentário para o exercício de 2019 e durante o processo de revisão do Plano Plurianual para o exercício de 2019, a destinação de recursos ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – com a finalidade de prover a Diretoria de Infraestrutura Ferroviária desse órgão de melhores condições técnicas para o cumprimento de suas competências. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 11.562/2018, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requer seja encaminhado ao Congresso Nacional pedido de providências para que priorize, durante a tramitação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1.927/2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019, a destinação de recursos ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – com a finalidade de prover a Diretoria de Infraestrutura Ferroviária desse órgão de melhores condições técnicas para o cumprimento de suas competências. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 11.563/2018, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, em que requer seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de providências para que a concessionária da Estrada de Ferro Vitória a Minas implante no referido trecho uma linha noturna ligando Vitória a Belo Horizonte, passando por Governadores Valadares. (– À Comissão de Transporte.)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 3.287/2018

Do deputado Antônio Jorge em que requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 5.091/2018.

Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O presidente – A presidência, nos termos do § 1º do art. 22 do Regimento Interno, interrompe os trabalhos ordinários, para, de conformidade com o inciso IV do art. 6º do Regimento Interno, proceder à solenidade de posse do Sr. Cláudio Mota Campos.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor – Destina-se esta parte da reunião à solenidade de posse do Sr. Cláudio Mota Campos, 2º suplente pela Coligação Avante Minas, composta pelo Partido Trabalhista Brasileiro e pelo Solidariedade, como deputado à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos para tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Deputados Hely Tarquínio, Arlen Santiago e Antonio Carlos Arantes e o Sr. Cláudio Mota Campos.

Posse de Deputado

O presidente – Com a palavra, o deputado Arlen Santiago, para, nas funções de 1º-secretário, proceder à leitura do Termo de Posse.

O secretário (deputado Arlen Santiago) – Obrigado, deputado Dalmo. (– Lê:) “Termo de Posse da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais do Sr. Cláudio Mota Campos, suplente de deputado eleito e diplomado para a 18ª Legislatura. Em 16/10/2018, no Palácio da Inconfidência, compareceu perante o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais o Sr. Cláudio Mota Campos, 2º suplente pela Coligação Avante Minas, composta pelo Partido Trabalhista Brasileiro e pelo Solidariedade, eleito e diplomado na forma da lei, o qual foi empossado como efetivo na vaga decorrente da perda de mandato do deputado Missionário Márcio Santiago, e, para constar, lavrou-se o presente termo, que vai assinado pelo empossado, pelo presidente da Assembleia em exercício, deputado Dalmo Ribeiro Silva, e pelo 3º-secretário, deputado Arlen Santiago. Palácio da Inconfidência, 16/10/2018”.

O locutor – Convidamos os presentes a ouvir, de pé, o compromisso de posse, que será prestado pelo Sr. Cláudio Mota Campos.

O Sr. Cláudio Mota Campos – Boa tarde a todos. (– Lê:) “Prometo defender e cumprir as Constituições e as leis da República e do Estado, bem como desempenhar, leal e honradamente, o mandato que me foi confiado pelo povo mineiro.”

O presidente – A presidência convida o Sr. Cláudio Mota Campos a assinar o Termo de Posse, que em seguida será assinado por este presidente e pelo deputado Arlen Santiago, nas funções de 1º-secretário.

– Procede-se à assinatura do termo de posse.

O presidente – Declaro empossado o deputado Cláudio do Mundo Novo.

Parabéns a V. Exa. Com a palavra, o deputado Cláudio do Mundo Novo.

O deputado Cláudio do Mundo Novo – Gostaria de agradecer a Deus por este momento, por nos conceder essa graça de poder servir. Eu quero cumprimentar a Mesa na pessoa do excelentíssimo 2º-vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Dalmo Ribeiro Silva. Desde já, agradeço a oportunidade, por me dar 5 minutinhos de fala.

Cumprimento ainda os Exmos. Srs. Deputados Arlen Santiago, 3º-secretário desta Casa; Antonio Carlos Arantes, meu irmão e amigo de fê; e Hely Tarquínio, deputado de grande atuação no Estado. Cumprimento também você, que veio com todo carinho prestigiar este momento tão importante da minha vida. Lutamos muito para chegar até aqui. E chegamos aqui para fazer o bem para as pessoas, para cuidar de pessoas e fazer uma excelente gestão, se Deus o desejar.

São quase quatro meses de trabalho que Deus me concede, e será muito trabalho. Vim aqui para servir, porque esse é o meu ideal. A gratidão é considerada a mãe de todas as virtudes. Por isso, neste dia tão especial para mim, quero que as minhas primeiras palavras desta tribuna sejam de agradecimento. De agradecimento a Deus; aos meus amigos que estão aqui e aos que nos acompanham pela TV Assembleia; à minha família, hoje representada por minha filha Amanda; e a todo esse povo maravilhoso de Minas Gerais, que me fez chegar até aqui.

Estou aqui para servir, não para ser servido. Estou aqui para defender a vida e a família. Estou aqui para doar e dedicar a minha vida em prol do nosso povo e para trabalhar muito para o bem da nossa sociedade. Vou me esforçar para fazer nesses quase quatro meses o que faria em quatro anos se eu tivesse tido essa oportunidade. Contem comigo para tudo o que for do bem e para o bem da nossa população. Aprendi com meu amigo, deputado federal Eros Biondini, que ninguém é bom sozinho. Por isso, dedico este mandato a todos os que confiaram em mim e me confiaram o seu precioso voto. De todo o meu coração, quero entregar esses quase quatro meses que tenho de mandato para servir, com todo meu empenho e força, ao lado de toda a equipe que já nos acompanha, e para fazer diferença nesta Casa. Como acabei de dizer, não vim aqui para ser servido. Quero dedicar a minha vida em prol daqueles que mais precisam e clamam por justiça e paz. Então, agradeço muito a você que veio nos prestigiar ou que nos acompanha pela TV Assembleia. Que Deus possa nos abençoar.

A Deus, quero pedir sabedoria para, nesses quatro meses, arregaçar as mangas e trabalhar muito em prol do nosso povo. Muito obrigado. Está aqui uma pessoa que quer servir.

Agradeço à Mesa, na pessoa do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que me concedeu a palavra, pedindo a Deus que abençoe o seu mandato, a sua vida e a sua história. Muito obrigado.

Palavras do Presidente

O presidente – Obrigado a V. Exa., caríssimo deputado. Esta presidência gostaria de desejar a V. Exa. um mandato muito profícuo. Neste momento em que V. Exa. presta seu juramento à Constituição e ao povo mineiro, tenho certeza de que, pelas suas qualidades, por seu passado, sua história e sua família, V. Exa. será muito importante para este Parlamento. Em nome dos deputados Arlen Santiago, Antonio Carlos Arantes e Hely Tarquínio, aqui presentes, e do deputado Adalcleber Lopes e de toda a Mesa, quero desejar a V. Exa. um feliz mandato.

Palavras do Deputado Arlen Santiago

Deputado Cláudio, é uma honra para nós tê-lo aqui. Em nome do Diretório Nacional do PTB, estamos convidando-o realmente para voltar para o partido.

Também queremos enviar um abraço para um outro grande amigo seu, que é praticamente um irmão nosso, o deputado Eros Biondini, um deputado que realmente faz história no combate às drogas, na luta contra o aborto e na preservação da vida. O deputado Eros Biondini é um benfeitor do Norte de Minas Gerais, e, principalmente um grande apoiador da saúde, dos hospitais e das pessoas mais carentes.

Então, que o senhor realmente seja muito bem-vindo a esta Casa, onde existem os embates políticos, ideológicos, mas também uma fraternidade muito grande. Vamos em frente. Obrigado. Parabéns.

Palavras do Deputado Antonio Carlos Arantes

Quero cumprimentar todos os nobres colegas presentes, os convidados e você, Cláudio do Mundo Novo, meu amigo.

O Cláudio fez um dos melhores discursos, em tão pouco tempo. Eu já estou há 16 anos nesta Casa e confesso que ouvi um belo discurso. Agora, fazer discurso é fácil, quero ver na prática. Mas eu o conheço e sei que também age na prática. Você é um homem de Deus, uma pessoa muito humana, uma pessoa que se preocupa com os menos favorecidos, com os mais pobres.

Então, Cláudio, você merece estar aqui nesses quase quatro meses, e vou torcer muito e pedir a Deus que você continue. Você tem tudo para isso. É questão de engenharia política para o bem trazê-lo para cá depois de fevereiro. Se Deus quiser, isso acontecerá. Se isso não vier a acontecer, o nosso gabinete estará à sua disposição. Se vier, ele também estará, porque você é um homem sério, uma pessoa que merece estar nesta Casa para fazer o que você disse: servir, fazer o bem às pessoas. E, nisso, você é um especialista.

Então, que Deus proteja você, a sua família e seus caminhos. Você pode ter certeza de que, apesar de ter chegado agora, esperamos que você continue, mas Deus sabe a hora. Isso, uma hora, acontecerá. Pode ter certeza de que você está plantando em terra fértil, e a colheita será farta. Pode ter certeza disso.

Que Deus o proteja muito. Parabéns.

O presidente – A presidência agradece a presença de todos os familiares e amigos que vieram prestigiar a posse do nosso caríssimo deputado. Desejo a todos um feliz retorno e, mais uma vez, parabenizo o deputado Cláudio do Mundo Novo.

Reabertura dos Trabalhos Ordinários

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Oradores Inscritos

– A deputada Marília Campos e o deputado Antonio Carlos Arantes proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Dalmo Ribeiro Silva.

– O deputado Dalmo Ribeiro Silva profere discurso, que será publicado em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Despacho de Requerimentos

– A seguir, o presidente defere, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento nº 3.287/2018, do deputado Antônio Jorge, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 5.091/2018 (Arquive-se o projeto.).

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 17, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/11/2016

Às 13h15min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Bosco, membro da supracitada comissão. Está presente também o deputado Cristiano Silveira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a situação do patrimônio cultural do Município de Além Paraíba, com atenção especial aos bens culturais associados ao transporte ferroviário. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Paulo César Marques de Jesus, secretário municipal de Cultura, Esporte e Lazer de Além Paraíba, representando o Sr. Fernando Lúcio Ferreira Donzeles, prefeito desse município; Roberto Tolentino de Oliveira, vereador da Câmara Municipal de Além Paraíba; José Gustavo Guimarães da Silva, promotor de justiça da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Além Paraíba; Roberto Gomes Filgueiras, presidente do Conselho Municipal de Cultura de Além Paraíba; André Martins Borges, presidente do Museu de História e Ciências Naturais de Além Paraíba; José Geraldo Esquerdo Furtado, presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Além Paraíba; Guilherme Antônio Diniz, diretor do Instituto Cultural de Além Paraíba; Gilmar de Paula Silva, diretor da Associação Artística Cultural – Comap; Reginaldo Câmara Estevanim, vereador do Município de Além Paraíba; Neidson Barros Gonçalves, vereador do Município de Além Paraíba. A presidência na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 2016.

Wander Borges, presidente – Agostinho Patrus Filho – Cabo Júlio.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/6/2017

Às 15h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Roberto Andrade, Ivair Nogueira e Cristiano Silveira (substituindo o deputado Fábio Avelar Oliveira, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Roberto Andrade, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a construção de viadutos sobre a linha ferroviária em Betim. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.600/2015, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Fabiano Tolentino. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.568/2017, dos deputados Antônio Jorge e Noraldino Júnior, em que requerem seja encaminhado às Prefeituras de Juiz de Fora, Ewbank da Câmara, Matias Barbosa, Bom Jardim de Minas, Santos Dumont, Simão Pereira e Belmiro Braga pedido de informações sobre as necessidades de investimento e intervenções nos trechos ferroviários nessas localidades;

nº 8.569/2017, dos deputados Antônio Jorge e Noraldino Júnior, em que requerem seja encaminhado à MRS Logística S.A. pedido de informações sobre os investimentos e intervenções, com seus respectivos valores, que estão em negociação entre a empresa e o governo federal no âmbito da repactuação para renovação antecipada da concessão ferroviária por mais 30 anos;

nº 8.570/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Eduardo Junqueira Neto, produtor e proprietário da Fazenda Capetinga e fabricante do vinho Maria Maria, pelo prêmio Decanter World Wine Awards 2017, da revista inglesa *Decanter*, categoria bronze, bem como seja realizada reunião com convidados para proceder à entrega do diploma da referida homenagem.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Marinésia Dias da Costa Makatsuru, presidente da Empresa de Construções, Obras, Serviços, Projetos, Transportes e Trânsito de Betim; e os Srs. Francisco Fonseca, gerente de Regulatório; José Geraldo Azevedo, gerente de Relações Institucionais e Alessandro Sousa, engenheiro de projeto da empresa Valor da Logística Integrada – VLI –, representando a Sra. Anna Carolina da Motta Dal Pozzolo, representante jurídica; Alexandre Porto Mendes de Souza, superintendente de ferrovias da Agência Nacional de Transportes Terrestres, representando o Sr. Aurélio Ferreira Braga, coordenador de Exploração da Infraestrutura Ferroviária da Unidade Regional em Minas Gerais; Andre Lois Tenuta de Azevedo, representante da ONG Trem. A presidência concede a palavra ao deputado Ivair Nogueira, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2017.

Roberto Andrade, presidente – Braulio Braz.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O VETO PARCIAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.457, NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/8/2017

Às 14h52min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Ivair Nogueira, Geraldo Pimenta, Dirceu Ribeiro (substituindo o deputado Hely Tarquínio, por indicação da liderança do BCMG) e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Dilzon Melo, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar o Parecer para Turno Único do Vetos nºs 23.457, do governador do Estado. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o parecer pela rejeição do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.457 (relator: deputado Ivair Nogueira). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 2017.

João Magalhães, presidente.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE AS INDICAÇÕES NºS 48 A 53/2017, DOS SEGUINTE NOMES PARA COMPOR O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO: GIRLAINE FIGUEIRÓ OLIVEIRA, MARIA DO CARMO MENICUCCI DE OLIVEIRA, MARIA DA GLÓRIA FERREIRA GIUDICE, EDUARDO DE OLIVEIRA CHIARI CAMPOLINA, DALILA ANDRADE OLIVEIRA E GUSTAVO HENRIQUE ESCOBAR GUIMARÃES, NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/2/2018

Às 14h13min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Roberto Andrade (substituindo o deputado Anselmo José Domingos, por indicação da liderança do BCMG), e Ivair Nogueira (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Leonídio Bouças. Havendo número regimental, a presidente, deputada Celise Laviola, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública da Sra. Dalila Andrade Oliveira para o cargo de conselheira do Conselho Estadual de Educação, apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Registra-se a presença do deputado Coronel Piccinini, que assume a presidência dos trabalhos. O presidente interrompe os trabalhos ordinários da comissão para ouvir a indicada e proceder à arguição, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retorna os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, pela aprovação, no turno único, da Indicação nº 52/2017 (relatora: deputada Celise Laviola, em virtude de redistribuição). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da comissão.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2018.

Coronel Piccinini, presidente.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/8/2018

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola (substituindo o deputado Gustavo Santana, por indicação da liderança do Bloco Minas Melhor) e os deputados João Leite (substituindo o deputado Fábio Cherem, por indicação da liderança do Bloco Verdade e Coerência) e Roberto Andrade (substituindo o deputado Anselmo José Domingos, por indicação da liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (20/7/2018, 26/7/2018 (5) e 27/7/2018); Ricardo Mascarenhas Lopes Cançado Diniz, gerente de Relações Institucionais da Telefônica (20/7/2018); e Lauro Mendonça Costa, superintendente de Monitoramento e Articulação Legislativa da Secretaria de Estado de Governo (20/7/2018). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.528/2017, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Fábio Cherem. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. São convertidos em diligência, a requerimento dos respectivos relatores, os Projetos de Lei nºs 4.528/2017, no 1º turno, à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (relator: deputado João Leite); 5.070/2018, no 1º turno, à Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Itabira (relator: deputado João Leite); 5.076/2018, no 1º turno, à Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais (relator: deputado João Leite); 5.163/2018, no 1º turno, à Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata; e 5.205/2018, no 1º turno, à Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal

de Bonfim (relator: deputado João Leite). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 11.379, 11.437, 11.438 e 11.440 a 11.444/2018. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.641/2018, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à Agência Nacional de Aviação Civil – Anac – pedido de providências para acelerar o processo de atração de novas companhias aéreas estrangeiras de baixo custo visando aumentar a concorrência com as empresas nacionais, de acordo com a Resolução Anac nº 400/2016; e

nº 12.697/2018, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado à Vivo Telecomunicações pedido de informações sobre a previsão para a instalação de rede móvel de telefonia no Município de Rio Pardo.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2018.

Duarte Bechir, presidente – Cássio Soares – João Leite.

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/10/2018

Às 16h4min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Antonio Carlos Arantes (substituindo o deputado Nozinho, por indicação da liderança do BVC) e João Leite (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Bruno Ferreira Costa (2), secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (1º/9/2018), Paulo César Funghi, chefe de gabinete da Prefeitura Municipal de Contagem (24/8/2018), Artur Felipe Siqueira de Brito, diretor do Ministério da Saúde, e Jadson Heleno Moreira, presidente da Câmara Municipal de Ipatinga. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 11.445, 11.462, 11.463 e 11.470/2018. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 12.772/2018, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos – Anadep – pedido de providências para que a campanha nacional da entidade em 2019 contemple o tema “Pessoas com deficiências”.

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 12.678/2018, do deputado Isauro Calais, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos do Decreto nº 47.180, de 2017, sobre os direitos da pessoa com deficiência em relação a isenções de ICMS e IPVA.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2018.

Duarte Bechir, presidente – Nozinho – Cássio Soares.

 **ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 69ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
EM 18/10/2018****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 24.019, que dispõe sobre o acesso a dados de vítimas, testemunhas e de agentes de segurança pública constantes de registros de evento de defesa social – Reds. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.020, que dispõe sobre o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 24.022, que institui a política estadual de incentivo e apoio à construção de cisternas nas zonas rurais do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.026, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.035, que altera a Lei nº 22.914, de 12 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.828/2017, do deputado Antônio Jorge, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão aos filhos de pessoas com hanseníase. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.000/2018, do governador do Estado, que institui as carreiras do Grupo de Atividades de Pesquisa e Ensino em Políticas Públicas do Poder Executivo e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui

pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 18/10/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 18/10/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 18/10/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cássio Soares, Carlos Henrique, Felipe Attiê, Ivair Nogueira, Tito Torres e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 18/10/2018, às 10h30min e às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 4.029/2017, do deputado Rogério Correia, de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2018.

Tiago Ulisses, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Visita da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Roberto Andrade, Celinho do Sinttrocel e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 18/10/2018, às 14 horas, em Governador Valadares, com a finalidade de participar de audiência pública da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT –, que discutirá o processo de renovação antecipada da concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2018.

João Leite, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e o deputado Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 18/10/2018, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2018.

Cristiano Silveira, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.900/2016****Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas****Relatório**

De autoria do deputado Tony Carlos, o projeto de lei em questão tem como objetivo dar denominação ao trevo construído na Rodovia MG-427, que interliga os Municípios de Conceição das Alagoas, Uberaba e Planura.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 102, XII, e do art. 103, I, “b” do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.900/2016 tem por finalidade dar a denominação de José Borges Sobrinho ao trevo construído na Rodovia MG-427, que interliga os Municípios de Conceição das Alagoas, Uberaba e Planura. Segundo justificativa do autor, a proposição pretende homenagear uma figura notória daquela região.

A Comissão de Constituição e Justiça observou que a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – e o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG –, órgãos responsáveis pelas rodovias estaduais, manifestaram-se favoravelmente ao projeto. Ressaltou que a matéria não apresenta vício de iniciativa e que atende às regras impostas pela Lei nº 13.408, de 1999, que dispõe sobre a denominação de estabelecimento, instituição e próprio público do Estado.

No que compete a esta comissão, em razão do trabalho desenvolvido por José Borges Sobrinho, grande colaborador para o desenvolvimento da região de Conceição das Alagoas, consideramos justa e meritória a honraria que se pretende conceder em sua memória.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.900/2016, em turno único, na forma original.

Sala das Comissões, 15 de março de 2018.

Gustavo Santana, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.597/2017

Comissão de Saúde

Relatório

De autoria do deputado Alencar da Silveira Jr., o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação de Apoio ao Paciente de Câncer – Grapac –, com sede no Município de Ubá, e foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.597/2017 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Apoio ao Paciente de Câncer – Grapac –, com sede no Município de Ubá, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a melhoria da qualidade de vida do paciente com câncer.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, elevar a autoestima dos pacientes; auxiliá-los na realização de exames preventivos; e promover a integração entre eles e seus familiares.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Grapac, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.597/2017, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2018.

Doutor Jean Freire, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.627/2017**Comissão de Saúde****Relatório**

De autoria do deputado Antonio Lerin, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Serviço Integrado de Saúde Dona Maria Modesto Cravo, com sede no Município de Uberaba.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.627/2017 pretende declarar de utilidade pública p Serviço Integrado de Saúde Dona Maria Modesto Cravo, com sede no Município de Uberada, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo prestar serviços especializados na área da saúde, especialmente no campo da reabilitação psicossocial e da saúde mental, além de prestar assistência social.

Com esse propósito, a instituição fomenta a prática de filantropia; promove atividades de ensino, cultura e esportes; realiza a prestação de serviços de saúde; e promove e executa a assistência em saúde mental.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pelo Serviço Integrado de Saúde Dona Maria Modesto Cravo no Município de Uberada, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.627/2017, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2018.

Doutor Jean Freire, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.865/2017**Comissão de Agropecuária e Agroindústria****Relatório**

De autoria do deputado André Quintão, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares do Córrego dos Tibúrcios, com sede no Município de São Domingos das Dores, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Agropecuária e Agroindústria.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.865/2017 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares do Córrego dos Tibúrcios, com sede no Município de São Domingos das Dores.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, prestar quaisquer serviços que possam contribuir para o fomento e a racionalização das atividades agropecuárias; assistir as famílias de agricultores familiares em suas lavouras; desenvolver canais de comercialização dos produtos e serviços de seus associados, por meio de feiras, lojas e exposições diversas; e promover a exportação dos produtos da associação.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação dos Agricultores Familiares do Córrego dos Tibúrcios, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.865/2017, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 6 de abril de 2018.

Fabiano Tolentino, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.883/2017

Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Relatório

De autoria do deputado Ivair Nogueira, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Vila Sena, com sede no Município de Angelândia, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Agropecuária e Agroindústria.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.883/2017 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Vila Sena, com sede no Município de Angelândia.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, prestar serviços aos associados que contribuam para o fomento e a racionalização de suas atividades agropecuárias e para a melhoria da qualidade e produtividade das lavouras, por meio do ensino de técnicas de produção e manejo e da divulgação de informações sobre mercado e preços.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela associação em prol dos produtores rurais do município de Angelândia, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.883/2017, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2018.

Gustavo Santana, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.225/2018

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do deputado Carlos Henrique, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Rádio e Televisão Cultural e Cidadã de Muriaé – Rádio e TV Cidadã de Muriaé –, com sede no Município de Muriaé.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas. A Comissão de Constituição e Justiça concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 5.225/2018 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Rádio e Televisão Cultural e Cidadã de Muriaé – Rádio e TV Cidadã de Muriaé –, com sede no Município de Muriaé.

De acordo com o seu estatuto, Associação Comunitária de Rádio e Televisão Cultural e Cidadã de Muriaé tem entre os objetivos dar oportunidade à difusão das ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade, propagando a música nacional, além do intercâmbio entre os aspectos culturais das várias comunidades organizadas.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública. Ficou comprovado que a associação é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções. Porém, apresentou a Emenda nº 1, para adequar o nome da instituição ao escrito no art. 1º de seu estatuto.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela associação, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.225/2018, em turno único, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 2018.

Gustavo Santana, relator.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com os policiais civis que menciona, pela atuação na ocorrência "Dos Santos", em 18/7/2018, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que resultou na prisão de sete pessoas e na apreensão de armas e de grande quantidade de drogas (Requerimento nº 11.342/2018, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os Srs. João Carlos Lage e Marco Aurélio Lage pelo centenário do Hotel Brasil Resort SPA, de São Lourenço (Requerimento nº 11.343/2018, do deputado Braulio Braz);

de congratulações com os policiais civis e militares que menciona pela operação Elba, realizada em 19/7/2018, em Belo Horizonte, que resultou na prisão de vinte membros de uma gangue (Requerimento nº 11.356/2018, do deputado Sargento Rodrigues);

de apoio à candidatura de Conceição Evaristo à cadeira nº 7 da Academia Brasileira de Letras pela sua representativa contribuição literária e pela sua "escrivência" (Requerimento nº 11.359/2018, da Comissão Extraordinária das Mulheres);

de congratulações com o Centro Especializado Nossa Senhora D'Assumpção – Censa – pelos 54 anos de sua existência (Requerimento nº 11.376/2018, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com o 2º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais pela atuação na ocorrência, em Betim, em que foi combatido o incêndio de um galpão parcialmente desativado (Requerimento nº 11.380/2018, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com Cb. BM Marco Antônio Trindade Silva pela ação realizada em 1º/8/2018, em Poços de Caldas, que impediu a consumação de crime de roubo (Requerimento nº 11.394/2018, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com o Sr. Renato Dias Borges, diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, pelos 90 anos de existência dessa instituição (Requerimento nº 11.397/2018, da Comissão de Administração Pública);

de repúdio à Presidência da Petrobras pela política de privatização adotada pela empresa com a venda de suas refinarias (Requerimento nº 11.426/2018, da Comissão do Trabalho);

de congratulações com a Guarda Municipal de Mariana pelo trabalho de defesa do patrimônio ferroviário realizado no município (Requerimento nº 11.438/2018, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras);

de pesar pelo falecimento de Zenolia Pimenta Vasquez Vieira (Requerimento nº 11.455/2018, da Comissão de Educação);

de congratulações com o presidente da Favente pelos 15 anos da entidade (Requerimento nº 11.456/2018, da Comissão de Educação);

de congratulações com os policiais militares que menciona pela operação realizada em 14/8/2018, em Belo Horizonte, que resultou na prisão de quatro indivíduos e na apreensão de drogas, uma balança eletrônica, quantia em dinheiro, um liquidificador e uma tornozeleira de monitoramento eletrônico (Requerimento nº 11.457/2018, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais rodoviários federais que participaram da ação realizada em 9/8/2018, em Bambuí, que resultou na apreensão de aproximadamente três toneladas de maconha e na prisão de três pessoas (Requerimento nº 11.464/2018, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com o Município de Careagu pela realização do "2º Encontro de Cras da Melhor Idade" (Requerimento nº 11.465/2018, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com os policiais militares que menciona pela atuação na ocorrência, em 21/6/2018, em Muriaé, que resultou na prisão de um jovem e de uma menor que haviam praticado roubo com ameaça a um trabalhador que tinha acabado de deixar o serviço (Requerimento nº 11.467/2018, do deputado Coronel Piccinini);

de congratulações com os policiais militares que menciona pela atuação na ocorrência, em 17/8/2018, em Mateus Leme, que resultou na prisão de membros da facção criminosa conhecida como PCC e na apreensão de armas de fogo, de substâncias

semelhantes a maconha, cartuchos de diferentes munições, carregadores de diferentes calibres, uma máquina de cartão de crédito, balanças e objetos diversos (Requerimento nº 11.468/2018, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais civis que menciona pela atuação na operação Apagogi, que desarticulou a maior quadrilha especializada em sequestro de gerentes de agências bancárias no Estado (Requerimento nº 11.469/2018, do deputado Sargento Rodrigues).



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 15/10/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Elisabeth Hinkelmann Nédir, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando Joaquim Ginaldo de Souza, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

exonerando José Irene Ribeiro Ribas, padrão VL-20, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Rogério Correia;

exonerando Juliane Ferraz Salomão Pimentel, padrão VL-11, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dirceu Ribeiro;

nomeando Alexandra Rios Rosa Vilaça Ribeiro, padrão VL-44, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cláudio do Mundo Novo;

nomeando Diogo Antonio Gualter Ardison, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Felipe Cristiano de Oliveira Fernandes, padrão VL-44, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cláudio do Mundo Novo;

nomeando José Luiz Cunha Junior, padrão VL-44, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cláudio do Mundo Novo;

nomeando Luciana Toledo de Souza, padrão VL-27, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Isauro Calais;

nomeando Maria Aparecida Gomes Lopes Machado, padrão VL-44, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cláudio do Mundo Novo;

nomeando Rafael Vagner Brum, padrão VL-11, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dirceu Ribeiro;

nomeando Simone da Silva, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Léo Portela;

nomeando Tulio Mecenias Albeny de Araújo, padrão VL-44, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cláudio do Mundo Novo.